Data celebrada com lançamento de novo portal

União da Floresta Mediterrânica assinala o X aniversário

Há 10 anos foi iniciada a implementação de uma estratégia com o objectivo de criar uma estrutura associativa que representasse os interesses dos espaços agro-florestais da região mediterrânica. Foi nesse quadro que nasceu a União da Floresta Mediterrânica (UNAC)

Neste decénio esta organização desenvolveu um processo de credibilização técnica e de reforço da representatividade que havia estabelecido como forma de adquirir reconhecimento a nível sectorial e político. Esse reconhecimento é hoje efectivo, sendo a UNAC parceiro do Estado, da Indústria, da Universidade e da Investigação em diversas iniciativas e projectos a nível nacional e internacional. Para comemorar estes dez anos, lançou um novo portal - www.unac.pt - o qual será uma nova ferramenta de comunicação das nossas actividades e projectos.

Nuno Mendes Calado, Secretário-geral da UNAC, em entrevista à Gazeta Rural faz um balanço destes 10 anos, mas aborda também os problemas que afectam a floresta. Quanto ao futuro, admite que "a realidade florestal nos países mediterrânicos é, actualmente, extremamente complexa e os desafios são extremos".

Gazeta Rural (GR): Que balanço faz destes 10 anos?

Nuno Mendes Calado (NMC): Ao longo destes 10 anos de actividade, a UNAC desenvolveu um processo de credibilização técnica e de reforço da representatividade que havia estabelecido como forma de adquirir reconhecimento a nível sectorial e político. A UNAC conseguiu afirmar a sua posição a nível nacional e internacional ganhando reconhecimento como interlocutor privilegiado da floresta mediterrânica Portuguesa.

Os resultados da actividade da UNAC que mais valorizamos são os que proporcionam impactos directos no aumento da resiliência das nossas explorações florestais. Destacamos, por isso, a criação do seguro florestal, numa parceria com a CA Seguros, a concretização da remuneração do sequestro de carbono efectuado pelos nossos associados (Projecto Terra-prima/UNAC do Fundo Português de Carbono), os avanços registados na área da certificação florestal, onde as nossas associadas conseguiram criar cinco grupos de certificação florestal FSC e certificar já cerca de 93.000 hectares, sendo as organizações de produtores florestais com maior área certificada em Portugal.

GR: Os objectivos que estiveram na génese da criação da UNAC foram cumpridos?

(NMC): Em 2002 foi iniciada a implementação de uma estratégia com o objectivo de criar uma estrutura associativa que representasse os interesses dos espaços agro-florestais da região mediterrânica, a UNAC – União da Floresta Mediterrânica.

Foi adoptado um novo posicionamento sobre os temas estratégicos de actuação, que passaram a ser a defesa dos direitos da propriedade privada, a valorização económica dos espaços florestais, a integração dos espaços florestais no desenvolvimento rural e a valorização socioeconómico do espaço florestal e do seu proprietário na função ambiental. Foi também considerado como fundamental a coordenação e a relação entre as Associações, a formação dos recursos humanos e a sinergia entre os meios das diversas associações. Todos estes objectivos foram atingidos e desenvolvidos.

GR: Como foi vista pelo sector, mas também pelas instâncias governamentais, não só nacionais, mas também europeias?

(NMC): O reconhecimento é hoje efectivo, sendo a UNAC parceiro do Estado, da Indústria, da Universidade e da Investigação em diversas iniciativas e projectos a nível nacional e internacional.

Através da União dos Silvicultores do Sul da Europa (USSE) e da European Landowners Organization (ELO) foram iniciadas as bases de um processo de "internacionalização" da UNAC, com o objectivo de estabelecer contactos com congéneres internacionais, de assegurar a representação dos espaços agro-florestais da região mediterrânica portuguesa, especialmente do sobreiro e da cortiça, e de ficar mais perto das fontes de informação.

As iniciativas que a UNAC desenvolve são predominantemente associadas a processos inovadores e de qualidade, assumindo uma postura diferenciadora e inovadora com o objectivo único que aumentar o reconhecimento e a resiliência dos Espaços Florestais Mediterrânicos.

GR: Quais os principais problemas que afectam a Floresta Mediterrânica, considerando que a mesma está em territórios muito diferenciados?

NMC: De uma forma geral, os principais problemas que estão identificados são o elevado risco de incêndios florestais; o aumento da área com povoamentos degradados; a diminuição da produtividade; a concentração industrial e o elevado fraccionamento existente na produção; o abandono do espaço rural/desertificação humana; os baixos níveis de exigência socio-ambientais na produção florestal; o aumento dos custos com a actividade de gestão florestal; o aumento da concorrência a nível internacional (para o mesmo tipo de produto florestal e de produtos alternativos concorrentes); o reduzido investimento em I & D na produção florestal, e muito deficiente orientação do mesmo e o desinteresse pela actividade económica florestal (longo período de retorno do investimento, elevada percepção de risco, fiscalidade desadequada);

Ao nível do investimento e gestão florestal destacam-se os principais factores que comprometem a actividade florestal, como a acentuada depreciação dos preços das matérias-primas florestais, destacando-se os preços da cortiça; a baixa rentabilidade desta actividade (agravada pelos actuais preços das matérias-primas florestais); os longos prazos de recuperação do capital associado ao investimento florestal (superiores a 25 anos); as difíceis condições de acesso dos produtores florestais ao financiamento bancário, agravadas pela crise financeira e o enquadramento fiscal, totalmente desadequado para a actividade florestal enquanto actividade económica (introduzindo graves distorções que desfavorecem o investimento nestas actividades).

GR: Tendo a UNAC estabelecido várias parcerias, nomeadamente na área da investigação, o que podemos esperar nos próximos anos, na perspectiva da defesa e preservação da floresta mediterrânica, mas também os efeitos das alterações climáticas?

NMC: O declínio das quercíneas é um problema que se tem agravando nas últimas décadas. O declínio em si traduz-se numa redução da densidade dos povoamentos e, no que concerne ao sobreiro, na consequente redução da produção de cortiça, derivada da mortalidade ocorrida.

A maioria dos estudos realizados aponta como causas do declínio um conjunto de factores bióticos e abióticos muito diversificados, e de relacionamento complexo, e não apenas uma única causa como a razão do declínio. Este está normalmente associado à ocorrência de períodos de seca, à diminuição da fertilidade solo, à deficiente condução e exploração destes sistemas e à acção de pragas e doenças.

Neste momento a UNAC tem projectos de colaboração de ID para o desenvolvimento de técnicas para o controlo da cobrilha e da formiga da cortiça nos montados de sobro, para o estudo de uma nova praga das pinhas, o Leptoglossus occidentalis, e para a avaliação da situação do carvão do entrecasco nos montados de sobro no país, particularmente a avaliação da incidência do fungo Biscogniauxia mediterranea causador da doença. Estamos ainda a desenvolver um projecto na área da extracção mecânica da cortiça.

Com estes vários projectos, esperamos aumentar a rentabilidade e resiliência das áreas florestais que representamos.

GR: Como perspectiva o futuro da Floresta Mediterrânica?

NMC: A realidade florestal nos países mediterrânicos é, actualmente, extremamente complexa. Os desafios são extremos e abrangem adaptações a alterações de carácter socioeconómico, a alterações climáticas, a alterações de mercado, num contexto crescente de exigência e de responsabilização dos proprietários e gestores dos espaços florestais mediterrânicos. Estes têm de assegurar a viabilidade económica da sua exploração no âmbito dum quadro de condicionantes de gestão florestal e de mercado, como acima já foi referido.

Têm também, através da gestão praticada, de assegurar um conjunto extenso de bens e serviços ambientais – combate à desertificação, sequestro de carbono, conservação do solo, regularização do ciclo hidrológico e protecção e conservação de um conjunto de espécies e habitats de elevado valor – para os quais não existe mercado remuneratório.

É este o desafio que se coloca actualmente: como assegurar a viabilidade económica das actividades florestais, possibilitando, em simultâneo, que a gestão associada às mesmas permita a manutenção dos espaços florestais mediterrânicos como um dos hotspots mundiais para a biodiversidade? Ou o combate à desertificação? Ou a adaptação/mitigação das alterações climáticas?

É, por isso, necessária uma nova visão e um novo modelo funcional para a floresta mediterrânica, que reenquadre as suas funções, possibilitando a gestão e o investimento florestal através da plena remuneração dos bens e serviços de carácter público produtor.